

ATA DA REUNIÃO DE 03.11.2017

ATA N.º 20/2017

Ao terceiro dia do mês de novembro do ano dois mil e dezassete, nesta Vila e Sala de Reuniões dos Paços do Município de Mafra, reuniu-se a Câmara Municipal, sob a presidência de Hélder António Guerra de Sousa Silva, Presidente da Câmara, estando presentes os Vereadores Joaquim Francisco da Silva Sardinha, Rogério Monteiro da Costa, Aldevina Maria Machado Rodrigues, Hugo Manuel Moreira Luís, Sérgio Alberto Marques dos Santos, Célia Maria Duarte Batalha Fernandes, José António Paulo Felgueiras e Lúcia Maria Quitério da Silva Bonifácio de Carvalho. Assistiu à reunião Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças. Da reunião consta a seguinte ordem de trabalhos: **I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: 1.** Competência delegada e subdelegada; **2.** Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; **II – ORDEM DO DIA: 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS: 1.** Competência delegada e subdelegada; **2.** Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; **II – ORDEM DO DIA: 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS: 1.1.** Ata; **1.2.** Alteração do Regulamento de Obras e Trabalhos na Via Pública relativa à Construção, Instalação, Uso e Conservação de Infraestruturas do Município de Mafra – Início do procedimento; **1.3.** Revisão do Regulamento das Instalações Desportivas Municipais; **1.4.** Apoio no lançamento do procedimento por concurso público para a execução da empreitada do edifício-sede da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Malveira; **2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO: 2.1.** O Natal chegou à Vila – Fixação de preço; **2.2.** Processos de Transporte Escolar não enquadráveis no Regulamento Municipal; **2.3.** Atribuição de bolsas de estudo no domínio da música – ano letivo 2017/2018; **III – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA. -----**
--- ABERTURA DA REUNIÃO: -----
--- Verificando-se a existência de quórum foi declarada aberta a reunião quando eram nove horas e trinta e cinco minutos. -----

7

--- I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

--- Neste período foram tratados os seguintes assuntos: -----

--- 1. COMPETÊNCIA DELEGADA E SUBDELEGADA: -----

--- O Presidente da Câmara deu informação sobre as decisões proferidas por si, no uso das competências delegadas e subdelegadas, conforme listagem em anexo (anexo I). -

--- 2. INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO E ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: -----

--- INTERVENÇÕES: -----

--- DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

--- O Presidente da Câmara informou que, de 19 a 29 de outubro, o Município de Mafra participou no 37.º Festival Nacional de Gastronomia de Santarém, solicitando que a Vereadora Célia Batalha Fernandes, com o Pelouro do Turismo, informe sobre este evento. -----

--- DA VEREADORA CÉLIA BATALHA FERNANDES: -----

--- No uso da palavra, a Vereadora Célia Batalha Fernandes informou que o Município de Mafra marcou presença, através de um *stand* próprio, neste certame de âmbito nacional. Mais informou que, num dos dias dedicado aos pães do país, o “Pão de Mafra” foi o rei, com momentos de *showcooking* e degustação, para além de provas de vinhos e apontamentos musicais com os “Cavaquinhos do Oeste” que animaram o recinto. ----

--- DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

--- O Presidente informou sobre os eventos realizados no Concelho: no dia 27 de outubro, às 17h30, no âmbito das comemorações do tricentenário, na Sala de Diana do Palácio Nacional de Mafra, com moderação de José Medeiros, *Mafra ao fim da tarde* – Conversas “Ferramentas e materiais de construção”; nos dias 28 e 29 de outubro, na praia de Ribeira d’Ilhas, o Campeonato Nacional Surf Esperanças – Sub 18; nos dias 30 e 31 de outubro, no Claustro Sul do Palácio Nacional de Mafra, o I Congresso de Justiça Restaurativa da Família e das Crianças. -----

--- DA VEREADORA ALDEVINA RODRIGUES: -----

--- Sobre o I Congresso Nacional de Justiça Restaurativa da Família e das Crianças, a Vereadora Aldevina Rodrigues deu nota de que se registou a participação de 530 congressistas, assim como de reputados preletores de todo o país. Aditou que, com esta iniciativa, se pretendeu chamar a atenção para a necessidade de mudança de procedimentos no que diz respeito ao trabalho com as crianças, valorizando o papel da

ATA DA REUNIÃO DE 03.11.2017

família na resolução dos conflitos. Terminou dizendo que, mais do que a produção literária, neste âmbito é necessário sensibilizar as pessoas, aproximando-as da justiça.

--- DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

--- O Presidente informou, ainda, sobre os próximos eventos que decorrerão no Concelho: no dia 3 de novembro, a partir das 15h30, na praia de Ribeira d'Ilhas, a 2.ª Conferência de Turismo *Outdoor*; no dia 4 de novembro, às 14h30, na Basílica do Palácio Nacional de Mafra, no âmbito das comemorações do tricentenário, Missa Pontifical, acompanhada a 6 órgãos e cantada pelo Instituto Gregoriano de Lisboa; nos dias 4 a 6 de novembro, a Ericeira *Surf Summit*, a primeira das conferências da *Web Summit*; no dia 5 de novembro, pelas 16h00, na Basílica do Palácio Nacional de Mafra, no âmbito das comemorações do tricentenário, o concerto a 6 órgãos; no dia 9 de novembro, às 10h00, no Palácio Nacional de Mafra, o colóquio "Em torno do Monumento", no âmbito das comemorações do tricentenário; no dia 11 de novembro, pelas 21h30, na Casa da Música Francisco Alves Gato, o Ciclo de Guitarras, com o concerto de Pedro Mestre & Viola Campaniça; no dia 12 de novembro, às 8h00, no Palácio Nacional de Mafra, no âmbito das comemorações do tricentenário, o Trail d'El Rei – Roteiros de Aventura; no dia 17 de novembro, no âmbito das comemorações do tricentenário: - pelas 9h00, no Palácio Nacional de Mafra, a conferência "Do tratado à obra"; - pelas 18h30, no Palácio Nacional de Mafra, o lançamento da revista *Monumentos 35*; - pelas 19h00, a inauguração da exposição "Do tratado à obra", no Palácio Nacional de Mafra; - pelas 22h00, o concerto de encerramento das comemorações, na Basílica do Palácio Nacional de Mafra. -----

--- Seguidamente, deu nota que o espetáculo de fogo de artifício, que estava programado, alusivo ao final das comemorações do tricentenário, não se realizará, uma vez que o mesmo não foi autorizado pela Direção Geral do Património Cultural, prática que esta adotou para todos os espetáculos pirotécnicos que se realizam nos monumentos nacionais. -----

--- Mais informou que, no próximo dia 17 de novembro, está prevista a presença do Ministro da Cultura para anunciar, em Mafra, a decisão do Governo em relação ao Museu da Música, estando prevista a constituição de dois polos, um dos quais no

A

Palácio Nacional de Mafra e o outro no Palácio Foz, com o espólio do período Romântico. Sobre este assunto, o Presidente referiu que, desde sempre, defendeu a instalação do Museu da Música em Mafra, dada a ligação de Mafra à música, com os conjuntos únicos dos órgãos e dos carrilhões. -----

--- Quanto a estes últimos, o Presidente manifestou a sua preocupação face ao atraso verificado na sua recuperação, temendo que a degradação ponha em causa este património. Disse que manifestou a sua preocupação à tutela, sendo urgente a conclusão do processo de contratação pública e o desbloqueamento de verbas. Em relação aos órgãos, que nos últimos dez anos têm constituído um ativo cultural estratégico para o Concelho, trazendo milhares de visitantes, revelou a sua preocupação quanto à manutenção dos mesmos. Declarou que, apesar do grande investimento realizado para colocar os órgãos a funcionar, a manutenção preventiva não tem vindo a ser efetuada pela Direção Geral do Património Cultural (DGPC), pelo que, à semelhança da disponibilidade municipal para apoiar o restauro dos carrilhões, a Câmara Municipal também estará disponível para a celebração de um protocolo de colaboração com a DGPC, com um custo anual de cerca de € 15.000,00, de modo a garantir a manutenção a curto prazo destes instrumentos. -----

--- **DO VEREADOR ROGÉRIO COSTA:** -----

--- O Vereador Rogério Costa registou, com agrado, o que foi referido acerca dos órgãos, defendendo que não só os carrilhões devem ser restaurados e preservados, como também os órgãos devem ser objeto de manutenção. -----

--- Questionou se, na sequência da aprovação do voto de pesar em resultado do flagelo dos incêndios, a Câmara Municipal tomou alguma iniciativa para ajudar essas populações. Teve conhecimento que a União das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros apoiou com o envio de fardos de palha para os animais, assim como géneros para as populações. -----

--- **DO VEREADOR SÉRGIO SANTOS:** -----

--- No que concerne à lista de decisões proferidas no uso da competência delegada enviada para conhecimento, o Vereador Sérgio Santos solicitou esclarecimentos sobre a alteração de um posto de abastecimento de combustíveis e apoio técnico – Auto Júlio, SA, na Estrada Nacional 9, na Igreja Nova; a construção de barracão – JD – Empresa de Lacticínios, Lda., na Rua da Eira do Mouro, n.º 6, Montemuro; e, por último, a construção de adega – Manz – Consultores, Lda., na Rua da Borrija, Cheleiros, solicitando a consulta dos respetivos processos. -----

ATA DA REUNIÃO DE 03.11.2017

--- Reportando-se à última reunião de Executivo, disse que foi anunciado que os novos Vereadores, eleitos na sequência das últimas eleições autárquicas, iriam ficar instalados no último piso deste edifício, mas acrescentou que não foi dito onde os Vereadores do PS iriam ter espaço para trabalhar e quem iria dar apoio administrativo. -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Presidente saudou a preocupação manifestada pelo Vereador Rogério Costa, sendo que a proposta de protocolo está dependente do Diretor do Palácio. Informou que, quando a mesma estiver concluída, o assunto será objeto de discussão na reunião de Câmara. -----

--- Quanto ao apoio prestado quer às vítimas de Pedrógão Grande, quer às populações afetadas pelo incêndio do pretérito dia 15 de outubro, informou que o Município tem vindo a disponibilizar transporte para entrega de bens às populações, na sequência das iniciativas de instituições locais e de alguns populares. Disse que, ainda hoje, seguiram duas camionetas carregadas de palha, proveniente da Encarnação, para aquelas zonas. Em aditamento, referiu que um dos temas discutidos em reunião da Associação Nacional dos Municípios Portugueses foi, justamente, este apoio, tendo os Presidentes de Câmara das zonas afetadas alertado para a necessidade de articulação da oferta com a procura, nomeadamente por dificuldade no acondicionamento dos materiais, seja pela escassez de armazéns, seja pelo facto de que as casas ainda não se encontram reconstruídas. -----

--- Sobre o pedido de informação acerca da lista de decisões proferidas no uso da competência delegada, o Presidente referiu que o Vereador poderia ter acesso aos respetivos processos. -----

--- Por último, informou que os Vereadores do PS, à semelhança do mandato anterior, têm disponível um espaço no Edifício Municipal de Serviços (Loja do Cidadão), sendo que as chaves se mantêm. Informou que o apoio logístico de proximidade é assegurado pela Eng.^a Patrícia Martins, que já tem indicação nesse sentido, enquanto que a ligação institucional continua a ser assegurada pela Chefe de Gabinete. -----

--- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:** -----

--- **E-MAIL - GRUPO PARLAMENTAR OS VERDES - TAPADA NACIONAL DE**

MAFRA – PERGUNTA AO GOVERNO: -----

--- O Presidente da Câmara deu conhecimento do *e-mail* proveniente do Grupo Parlamentar "Os Verdes", em anexo, relativo à resposta do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural à pergunta que lhe foi dirigida pelos Senhores Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia (anexo II). -----

--- II – ORDEM DO DIA: -----

--- Em conformidade com a ordem do dia foram analisados os seguintes assuntos: ----

--- 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS: -----

--- 1.1. ATA N.º 18/2017: -----

--- Presente a ata n.º 18/2017, da reunião de Câmara, realizada no dia 29 de setembro de 2017. -----

--- O Vereador Sérgio Santos questionou sobre se seria correto o novo Executivo votar uma ata do anterior Executivo, atendendo a que a ata n.º 18/2017 é do mandato anterior. -----

--- O Presidente da Câmara deu a palavra à Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças para prestar esclarecimentos. -----

--- A Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, Ana Viana, declarou que, na sua opinião, se encontram reunidos os pressupostos para a votação da ata, porque, para além da maioria dos elementos agora presentes terem sido participantes na referida reunião, a ata é um resumo do que se passou na reunião, pelo que conseguem aferir se o que está transcrito corresponde ao que se passou. -----

--- O Presidente acrescentou que, para além da explicação dada, as deliberações tomadas em reunião de Câmara já foram aprovadas em minuta, a fim de permitir que as deliberações tenham efeito de imediata eficácia. -----

--- O Vereador Sérgio Santos respondeu que se trata de uma questão de legalidade, afirmando que falou com vários juristas que lhe deram indicação do oposto. Declarou que iria votar a ata favoravelmente, solicitando que a intervenção da Dra. Ana Viana ficasse registada. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, face ao disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a ata n.º 18/2017, da reunião de Câmara, realizada no dia 29 de setembro de 2017. Os Vereadores Rogério Costa, António Felgueiras e Lúcia Bonifácio não votaram porque

ATA DA REUNIÃO DE 03.11.2017

não estiveram presentes na aludida reunião. -----

--- 1.1. ATA N.º 19/2017: -----

--- Presente a ata n.º 19/2017, da reunião de Câmara, realizada no dia 24 de outubro de 2017. -----

--- O Vereador Sérgio Santos referiu que, na última reunião de Câmara e primeira deste mandato, o Partido Socialista entregou um requerimento a solicitar o envio dos projetos de atas juntamente com a gravação áudio das reuniões, o qual não teve seguimento. Assim, os Vereadores do PS não irão tomar uma posição sobre esta ata. --

--- O Presidente defendeu que o entendimento, sustentado juridicamente, é que a disponibilização do suporte áudio é um auxiliar para quando existem dúvidas subsequentes à elaboração da ata. Deu a palavra à Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças para dar nota do parecer sobre esta matéria. -----

--- No uso da palavra, a Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças explicou que, segundo entendimento da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), apesar da gravação áudio ser um meio preparatório, ela constitui documento administrativo depois das atas serem aprovadas. Mais aditou que, num caso em que a questão foi analisada, foi decidido dar acesso à gravação da ata depois de ela ser aprovada no órgão competente e é nesse sentido que o parecer está elaborado. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD e do Senhor Presidente, e os votos contra dos Vereadores do PS, face ao disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a ata n.º 19/2017, da reunião de Câmara, realizada no dia 24 de outubro de 2017. Os Vereadores do Partido Socialista apresentaram uma declaração de voto, a qual se anexa à presente ata e que dela faz parte integrante (anexo III). O Presidente da Câmara apresentou a seguinte declaração de voto: De acordo com o entendimento do Gabinete Jurídico desta Câmara, o Vereador poderá ter acesso à gravação depois da votação da ata para poder, em caso de dúvida, obter esclarecimentos, até porque, tendo o Vereador assistido à reunião, tem a capacidade também de ver se o que está escrito é ou não o que foi dito. Por essa via, em caso de

A

dúvida relativamente a esta ata em que votamos e às outras todas que venham a ser votadas, os Vereadores terão acesso a essas gravações, subsequentemente. -----

--- 1.2. ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE OBRAS E TRABALHOS NA VIA PÚBLICA RELATIVA À CONSTRUÇÃO, INSTALAÇÃO, USO E CONSERVAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS NO MUNICÍPIO DE MAFRA: -----

--- Presente, em anexo, a informação interno/2017/15190, de 26/10/2017, prestada pela Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos, sobre a qual recaiu o parecer de concordância da Chefe de Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos, datado de 27 de outubro de 2017, da Diretora de Departamento de Administração Geral e Finanças e do Senhor Vice-Presidente, ambos datados de 30 de outubro de 2017, bem como o despacho exarado pelo Senhor Presidente, da mesma data, "À Reunião" (anexo IV). -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD e do Senhor Presidente e as abstenções dos Vereadores do PS, em conformidade com o disposto no artigo 98.º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo e atenta a competência prevista na alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, dar início ao procedimento referente à elaboração da alteração do Regulamento de Obras e Trabalhos na Via Pública Relativo à Construção, Instalação, Uso e Conservação de Infraestruturas no Município de Mafra, podendo os interessados, querendo, constituir-se como tal no procedimento e apresentar, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicitação do início do procedimento no sítio institucional desta edilidade, na Internet, as suas sugestões, as quais deverão ser formuladas, por escrito, até ao final do mencionado prazo, através de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal. -----

--- 1.3. REVISÃO DO REGULAMENTO DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS: -----

--- Presente, em anexo, a Informação interno/2017/15239, de 27 de outubro de 2017, prestada pela Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos, devidamente instruída com o Projeto de Alteração do Regulamento das Instalações Desportivas Municipais, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe da Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos e da Diretora de Departamento de Administração Geral e Finanças, datados, respetivamente, de 27 e 30 de outubro de

ATA DA REUNIÃO DE 03.11.2017

2017, bem como o despacho de concordância da Vereadora Célia Batalha Fernandes, datado de 30 de outubro de 2017 (anexo V). -----

--- Considerando a fundamentação constante na informação em apreço, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD e do Senhor Presidente e as abstenções dos Vereadores do PS, ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 112.º e no artigo 241.º, ambos da Constituição da República Portuguesa, na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugada com a alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à mesma Lei, e após o início do procedimento ter sido publicitado na Internet, no sítio institucional desta Câmara Municipal, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma de constituição de interessados e de apresentação de contributos, nos termos estipulados no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, sem que, decorrido o prazo concedido para o efeito, tenha ocorrido a constituição de interessados no procedimento e a apresentação de quaisquer contributos, tendo-se acautelado, dessa forma, a audiência dos interessados, não se justificando a submissão a consulta pública, já que, apesar da divulgação que foi dada à proposta de alteração em causa, não houve lugar à constituição de interessados no procedimento, nem à apresentação de quaisquer contributos, concordar com o "Projeto de Alteração ao Regulamento das Instalações Desportivas Municipais" e propor à Assembleia Municipal a aprovação do mesmo. -----

--- 1.4. APOIO NO LANÇAMENTO DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA A EXECUÇÃO DA EMPREITADA DO EDIFÍCIO-SEDE DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA MALVEIRA: -----

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2017/15257, elaborada na Área de Contratação Pública e Aprovisionamento, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património e Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, o despacho de concordância da Vereadora Aldevina Rodrigues, datados de 26 de outubro de 2017, bem como o despacho exarado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, da mesma data, pelo qual

74
determina a prestação do apoio solicitado pela referida entidade (anexo VI). -----

--- A Vereadora Aldevina Rodrigues, no uso da palavra, aditou que a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Malveira apresentou uma candidatura ao Portugal 2020, no âmbito do POSEUR, para promover a ampliação e requalificação do edifício da associação. Explicou que, tendo sido elaborados os projetos de arquitetura, bem como as especialidades, esta associação se encontra em condições de despoletar o procedimento de concurso público. Ora, este concurso público deve ser obrigatoriamente tramitado em sede de plataforma eletrónica de contratação pública, o que implica a contratualização de serviços de entidade certificada para o efeito, com um grau de conhecimentos técnico-administrativos específicos. Neste âmbito, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Malveira vem solicitar à Câmara Municipal apoio na condução deste procedimento pré-contratual, seguindo uma recomendação da Autoridade Nacional de Proteção Civil, sendo que, para este efeito, é necessária a contratualização da parametrização de procedimento, utilizando para o efeito a plataforma utilizada pelo Município, implicando um custo de € 250,00 acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor, bem como o apoio técnico administrativo inerente a este procedimento. -----

--- Interveio o Vereador Rogério Costa questionando sobre se a intenção de criar uma unidade de comando conjunta para as três corporações de bombeiros, prevista no mandato anterior, tinha sido posta de parte. -----

--- O Presidente esclareceu que, na prática, a unidade de comando conjunta existe. O comando operacional reúne, sempre que necessário, de forma regular, no edifício da Proteção Civil, fazendo deste o centro de comando para todo o Concelho, à semelhança do que aconteceu aquando dos incêndios do pretérito dia 15. -----

--- De seguida, o Vereador Sérgio Santos, apesar de considerar que os bombeiros são extremamente úteis, fazendo muita falta, disse ter dúvidas sobre a legalidade da direção dos Bombeiros em exercício, na medida em que o Tesoureiro da Direção, Gonçalo Pereira Gamboa, é simultaneamente Tesoureiro da União das Freguesias. Na sua opinião, haverá uma certa incompatibilidade entre as duas funções, sendo que a Câmara, ao dar este apoio e sem a clarificação desta situação, poderá ter consequências. -----

--- O Presidente respondeu que quaisquer dúvidas sobre uma alegada incompatibilidade devem ser esclarecidas em fórum próprio, por quem as tiver. Sobre

ATA DA REUNIÃO DE 03.11.2017

a proposta em questão, esclareceu que a Câmara não está a transferir qualquer valor, mas sim a assumir um encargo adicional de € 250,00 para apoio a esta instituição. ----
--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, face aos fundamentos plasmados na Informação em apreço, que se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais, nos termos conjugados da alínea o) do n.º 1 do art.º 33.º com o disposto no n.º 3 do art.º 35, ambos do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o despacho do Presidente da Câmara Municipal, exarado em 26 de outubro de 2017, que determinou, a título excecional, e por urgência derivada do cumprimento de prazos de candidatura ao programa PORTUGAL 2020, conceder o apoio técnico administrativo à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Malveira no lançamento de procedimento de contratação pública para a execução da empreitada do seu edifício-sede, bem como a autorização da despesa referente à parametrização de procedimento na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pelo Município de Mafra, correspondente a € 250,00 (duzentos e cinquenta euros) acrescido do valor do I.V.A., à taxa legal em vigor. -----

--- **2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO:** -----

--- **2.1. O NATAL CHEGOU À VILA - FIXAÇÃO DE PREÇOS:** -----

--- Presente, em anexo, a Informação Interno 2017/15192, elaborada em 26 de outubro de 2017, na Divisão de Turismo, Cultura e Desporto, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância do Chefe de Divisão e da Diretora de Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, ambos datados de 30 de outubro de 2017, bem como o despacho de concordância do Vereador António Felgueiras, exarado na mesma data (anexo VII). -----

--- O Vereador António Felgueiras referiu-se à 5.ª edição de "O Natal chegou à Vila", mencionando que, à semelhança de anos anteriores, se pretende assegurar a divulgação do artesanato e dos produtos regionais, assim como, e complementando a atividade de animação, à instalação do carrossel junto à Praça da República. Tendo em consideração que compete à Câmara Municipal fixar os preços de prestação de serviços

A

ao público, propõe-se que o preço de participação, para ocupação de *stands*, bem como o valor das voltas no carrossel sejam os que constam da proposta anexa. -----

--- O Vereador Sérgio Santos questionou qual era o encargo global do carrossel para a Câmara Municipal, bem como se as receitas são para esta autarquia ou se terão intenção de doar a alguma instituição. -----

--- O Presidente informou que, à semelhança de anos anteriores, a Câmara contactou as IPSS do Concelho, sendo estas as destinatárias do valor arrecadado com o carrossel. -----

--- O Vereador António Felgueiras acrescentou que, neste momento, está a ser articulada, entre os serviços de Cultura e a Ação Social, a escala para as várias instituições, de modo a que estas possam estar não só aos fins de semana, mas também durante a semana, verificando-se se existem dias com maior e menor rentabilidade. Aditou que o custo com o carrossel é de € 15.600,00, o mesmo valor do ano anterior, sendo este um carrossel ligeiramente maior. -----

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea e) do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, fixar os preços dos espaços, a aplicar aos agentes económicos participantes no evento "O Natal Chegou à Vila", bem como os preços a pagar pela utilização do Carrossel, em conformidade com os montantes e fundamentos constantes na referida Informação. Mais deliberou entregar a receita arrecada com o carrossel às IPSS do Concelho. -----

--- O Vereador Sérgio Santos perguntou qual foi, nos anos anteriores, o valor das receitas, arrecadadas com a exploração do carrossel, que foi atribuído às instituições. -

--- O Presidente referiu que não dispunha da informação no momento, pelo que providenciará, junto dos serviços, pela recolha da informação, a qual será depois transmitida ao Vereador. -----

--- O Vereador Sérgio Santos disse que ficaria a aguardar pela documentação. -----

2.2. PROCESSOS DE TRANSPORTE ESCOLAR NÃO ENQUADRÁVEIS NO REGULAMENTO MUNICIPAL: -----

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2017/15304, datada de 30 de outubro de 2017, elaborada na Divisão de Educação e Juventude, sobre a qual recaiu o parecer de concordância da Diretora de Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, datado de 30 de outubro de 2017, bem como o despacho de concordância do Vereador

ATA DA REUNIÃO DE 03.11.2017

✱
R.

António Felgueiras, exarado na mesma data, devidamente instruída com a informação de cabimento n.º 2766 (anexo VIII). -----

--- O Vereador José Felgueiras introduziu o ponto, referindo que se coloca à consideração o pedido de onze alunos para comparticipação do transporte escolar, que frequentam cursos fora do Município, por inexistência desses mesmos cursos no Concelho. Mais informou que tal representa um encargo mensal de € 645,76 e anual de € 5.811,84. -----

--- O Vereador Sérgio Santos, sem querer colocar em causa a necessidade dos transportes, pediu esclarecimentos sobre o que era o escalão B e a razão pela qual existe uma diferença percentual de comparticipação para os alunos com este escalão B, face ao existente no quadro anexo à informação, de 50% e de 75%. -----

--- O Presidente solicitou esclarecimento técnico sobre este assunto. Posteriormente, o Vereador António Felgueiras explicou, em primeiro lugar, que o escalão B é um escalão de ação social escolar. Acrescentou que, em matéria de transportes escolares, existe uma comparticipação não só por parte da Autarquia, mas também por parte do IMTT. No caso em apreço, e tal como é explicado na informação anexa a este ponto da Ordem de Trabalhos, existe apenas um aluno inserido no escalão B que tem uma comparticipação de 75%. Trata-se de uma aluna que, em virtude da capitação de carência apurada, em sede de atendimento social, se propõe um apoio total de 75% a cargo da Câmara Municipal e 25% pelo IMTT. -----

--- Atenta a informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto na alínea gg) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a comparticipação financeira dos processos de transporte escolar. -----

--- 2.3. ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO NO DOMÍNIO DA MÚSICA - ANO LETIVO 2017/2018: -----

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2017/13071, datada de 30 de outubro de 2017, sobre a qual recaiu o parecer de concordância da Diretora do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, datado de 30 de outubro de 2017, bem como o

despacho de concordância do Vereador António Felgueiras, exarado na mesma data (anexo IX). -----

--- Em aditamento, o Vereador António Felgueiras mencionou que se pretendem renovar vinte e seis bolsas de estudo e atribuir treze novas bolsas de estudo. -----

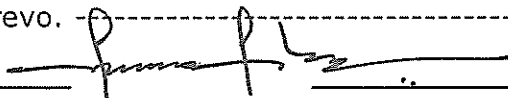
--- Atenta a informação prestada, a Câmara Municipal de Mafra, nos termos do n.º 1 do artigo 1.º e 8.º do Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo no Domínio da Música do Município de Mafra, deliberou, por unanimidade, determinar a não atribuição de uma bolsa de estudo requerida pelo candidato Gonçalo Jorge Tomás Paulino, nos termos das disposições conjugadas do n.º 7 do artigo 1.º e do artigo 10.º, ambas do Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo no Domínio da Música do Município de Mafra, bem como à luz da nota justificativa do citado regulamento, por o candidato não ter a qualidade de aluno integrado no sistema de ensino. Deliberou ainda atribuir 13 bolsas de estudo no valor de € 14.643,75 (catorze mil seiscientos e quarenta e três euros e setenta e cinco cêntimos) e a renovação de 26 bolsas de estudo, no valor de € 30.552,50 (trinta mil quinhentos e cinquenta e dois euros e cinquenta cêntimos), em conformidade com as participações deliberadas pelo júri do concurso, para atribuição de bolsas de estudo no domínio da música e constantes do anexo à citada informação. -----

--- **III – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA:** -----

--- Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara decidiu, por unanimidade, aprovar em minuta os assuntos objeto de deliberação na presente reunião, a fim de as respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos. -----

--- **ENCERRAMENTO:** -----

--- Quando eram dez horas e quarenta e cinco, o Presidente deu por encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que o mesmo vai assinar e que eu, Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Diretora de Departamento, redigi e subscrevo. -----





**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****LISTA DE DECISÕES PROFERIDAS NO USO DE**
COMPETÊNCIA DELEGADA

Considerando as competências que foram delegadas pela deliberação camarária de 2017/10/24, anexo a relação respeitante aos despachos proferidos no período de 21 de setembro a 25 de outubro de 2017.

Mafra, 26 de outubro de 2017.

Presidente da Câmara,

(Hélder António Guerra de Sousa Silva)

PROCESSO		REQUERIMENTO		DESPACHO		REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NUMERO	DESCRIÇÃO	DATA ENT.	DATA	RESULTADO/RESUMO		
OP	130/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/08/09	2017/10/24	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	ALWAYS JUNE INVESTMENTS - SOCIEDADE DE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, S.A.	CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR, ANEXOS PARA ARRUMOS E MUROS DE VEDAÇÃO RUA DAS SALEMAS N.º 45 - RIBAMAR
OP	295/2016	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/09/28	2017/10/24	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	ANTÓNIO AUGUSTO PEIXOTO DOMINGUES	AMPLIAÇÃO E LEGALIZAÇÃO DE HABITAÇÃO E TELHEIRO LARGO DO PAÇO, N.º 5-GRADIL
OP	146/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/09/04	2017/09/22	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	ANTÓNIO CARLOS ELIAS CALOIRA	CONSTRUÇÃO DE ANEXO DE APOIO AGRÍCOLA ESTRADA DA CRUZ VELHA - ENXARA DO BISTO
OP	344/2002	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2017/09/05	2017/10/25	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	ARMINDO ANTÓNIO PEREIRA	LEGALIZAÇÃO DE DEMOLIÇÃO DO EXISTENTE E CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, ANEXO E MUROS DE VEDAÇÃO RUA CASAL DAS MATAS DE BAIXO, N.º 1-CASAL PAIXÃO
LP	11/2017	LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO	2017/10/03	2017/10/24	D DEFERIDO O ESTUDO/ALTERAÇÃO DE LOTEAMENTO	ARYA HOEBEL	PEDIDO DE ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO LOTE 1-BAIRRO ALTO
OP	198/2016	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/09/12	2017/10/24	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	AUTO JÚLIO, SA	ALTERAÇÃO DE UM POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E APOIO TÉCNICO ESTRADA NACIONAL 9 - IGREJA NOVA
OP	241/2013	ALTERAÇÕES	2017/09/07	2017/10/24	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	CARLA MARIA RIBEIRO ALVES SARDINHA	AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO EXISTENTE E CONSTRUÇÃO DE GARAGEM E MUROS DE VEDAÇÃO BECO DO CHAVES, N.º 2-CHARNECA
OP	95/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/09/07	2017/09/25	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	CARLOS FREDERICO MARTINS CARNEIRO	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E MUROS DE VEDAÇÃO BRACIAL-SANTO ISIDORO
OP	239/2009	ALTERAÇÕES E TELAS FINAIS	2017/10/04	2017/10/24	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	CISEC-SOLUÇÕES TÉCNICAS DE ENGENHARIA E SERVIÇOS, SA	CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉM INDUSTRIAL E ESCRITÓRIOS ESTRADA DA AVESSADA, N.º 2-AVESSADA
OP	66/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/08/25	2017/09/21	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	COMBUSLOURES - COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES, LDA	CONSTRUÇÃO DE POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS GAVETO DA ESTRADA NACIONAL 9 - CRIMA COM A ESTRADA NACIONAL 116-CASAL MOURÃO-SOBREIRO
RO	96/2015	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/09/18	2017/10/24	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	DAVID JOÃO FELICIANO BERGANO	CONSTRUÇÃO DE MURO DE SUPORTE E VEDAÇÃO RUA CECILIO FRANCO - ASSEICEIRA GRANDE
OP	144/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/09/21	2017/10/24	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	DOMINGOS JOÃO DUARTE JACINTO	CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO AGRÍCOLA MURTAIS
OP	172/2015	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/09/25	2017/09/29	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	ERIATLANTIC - CONSTRUÇÃO E INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR, ESTACIONAMENTO, ARRUMOS, SALA DE CONDOMÍNIO, PISCINA E MUROS ERICEIRA
OP	79/2012	ALTERAÇÕES	2017/09/21	2017/10/24	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	FERNANDA RAMOS DE OLIVEIRA	ADAPTAÇÃO DE ARRECADADAÇÃO A HABITAÇÃO BIFAMILIAR BECO DO ARNEIRO, N.º 4 e CAMINHO VALE SALGUEIRO, N.º 1A - LAGOA

X

PROCESSO		REQUERIMENTO		DESPACHO		REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NUMERO	DESCRIÇÃO	DATA ENT.	DATA	RESULTADO/RESUMO		
OP	15/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/08/16	2017/09/29	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	INÊSMAR-CONSTRUÇÕES, LDA	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO MULTIFAMILIAR RUA RAUL DUARTE GOMES-ERICEIRA
OP	180/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/09/06	2017/09/26	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	ISABEL MARIA LUCAS MARTINS DE CARVALHO MAGALHÃES VIEIRA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E MUROS DE VEDAÇÃO QUINTA DA LOBAGUEIRA, LOTE 14-ENCARNAÇÃO
OP	785/1985	ALTERAÇÕES	2017/06/28	2017/10/24	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	JD - EMPRESA DE LACTICINIOS, LDA	CONSTRUÇÃO DE BARRACAO RUA DA EIRA DO MOURO, N.º 6 - MONTEMURO
OP	136/2017	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2017/07/19	2017/10/24	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	JOAO ALEXANDRE GOMES	LEGALIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, ARRECADAÇÕES E ANEXO PARA INSTALAÇÃO SANITÁRIA RUA DA ESCOLA, N.º 11 - BARREIRALVA
OP	336/2015	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2016/12/27	2017/09/29	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	JORGE HENRIQUE FERREIRA	CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO AGRÍCOLA/GARAGEM RUA 28 DE AGOSTO, N.º 19-VILA NOVA
OP	213/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/09/15	2017/10/24	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	JORGE MANUEL NATÁRIO LUÍS	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR PRACETA MATO DA CRUZ, LT 1-ERICEIRA
OP	246/2016	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/09/26	2017/10/14	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	JOSÉ MANUEL PERES DE ALMEIDA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PISCINA E MUROS TITULARIA
OP	70/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/09/18	2017/10/24	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	MANUEL DOMINGOS MARCHANTE DUARTE	PEDIDO DE CONSTRUÇÃO DE MORADIAS UNIFAMILIARES GEMINADAS RUA DO BARREIRO E RUA DA TAPADA N.º 20 - MALVEIRA
OP	42/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/10/11	2017/10/24	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	MANZ-CONSULTORES, LDA	CONSTRUÇÃO DE ADEGA RUA DA BORRIJA-CHELEIROS
OP	161/2015	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/09/07	2017/09/27	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	MARIA DO CARMO ALVES DOS SANTOS ESCOLA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, GARAGEM, CHURRASQUEIRA E MURO RUA DAS EIRAS-BARRIL
OP	27/2016	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/09/13	2017/10/24	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	MARIA GERTRUDES DUARTE BALEIA PEREIRA	ALTERAÇÃO E ADAPTAÇÃO A MORADIA UNIFAMILIAR RUA DO POCECO - CHELEIROS
OP	306/2016	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/09/04	2017/09/27	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	MARIA JOÃO FERREIRA RODRIGUES	PEDIDO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR RUA DA ESCOLA, N.º 32 - ZAMBUJAL
OP	22/2016	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/10/03	2017/10/24	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	MARTINHO JOAQUIM FIGUEIRA FRANCISCO - CABEÇA DE CASAL NA HERANÇA DE	RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR RUA CAPITÃO MARTINHO, N.º 7-ALCAINÇA
OP	238/2016	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/08/09	2017/09/22	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	MILHARADO & MILHARADO - ACTIVIDADES HOTELEIRAS, LDA	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE COMÉRCIO/SERVIÇOS COVAS-RIBAMAR DE CIMA
OP	119/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/09/08	2017/09/29	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	MÁRCIO ALEXANDRE DA LUZ RODRIGUES	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E MUROS DE VEDAÇÃO PCTA DO OUTEIRO, LT 2-CASAL DO OUTEIRO

PROCESSO		REQUERIMENTO		DESPACHO		REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NUMERO	DESCRIÇÃO	DATA ENT.	DATA	RESULTADO/RESUMO		
OP	198/2017	LICENCIAMENTO (ARQ + ESP OU LEGALIZAÇÃO)	2017/09/13	2017/10/25	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	NICHOLAS JOHN DENHAM JACOBS	CONSTRUÇÃO DE PISCINA
OP	154/2015	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/09/05	2017/10/24	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	NUNO MARIA LOPES DA GAMA NUNES	RUA D'ABRIL N.º1-PÓVOA DE CIMA CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR GEMINADA ESTRADA CASA NOVA/ROMEIRÃO, N.º 42-CASA NOVA/ROMEIRÃO
OP	285/2016	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2016/10/18	2017/10/24	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	OLIMPIO DE JESUS MARQUES	LEGALIZAÇÃO DE PISCINA COBERTA E ANEXO RUA DO JOINAL, N.º 40 - ERICEIRA
OP	59/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/10/13	2017/10/24	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	ORLANDO PEREIRA SIMÕES	CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO AGRÍCOLA E MURO DE VEDAÇÃO LOMBAS-SANTO ESTEVÃO DAS GALÉS
OP	211/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/09/14	2017/09/25	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	PAULO EDUARDO DUARTE SOUSA SILVEIRA	ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E ANEXO RUA BAIRRO DAS ANDORINHAS, N.º 3 - ERICEIRA
OP	113/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/09/21	2017/10/24	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	PHILIPPE HENRI HUGUE MALERNE	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, MUROS DE VEDAÇÃO E SERVIENTIAS BARRIL
OP	217/2014	ALTERAÇÕES E TELAS FINAIS	2017/09/01	2017/10/24	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	SAMUEL FERNANDO GONÇALVES FERREIRA	LEGALIZAÇÃO DE MUDANÇA DE UTILIZAÇÃO DE BARRACÃO E CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR CALÇADA DO NORTE, N.º 12-SÃO SEBASTIÃO
OP	157/2012	ALTERAÇÕES	2017/09/08	2017/09/26	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	STELA MARIA RODRIGUES DE AGUIAR	RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E MUROS DE VEDAÇÃO RUA FRANCISCO LOPES FRANCO, N.º 31-ERICEIRA



10000
 10000
 10000

edoc 2017/53791
entrada 12017/37807

Ana Marques

012

De: Cristina Dias
Enviado: 2 de outubro de 2017 13:36
Para: MailEdoc
Assunto: FW: Tapada Nacional de Mafra - Pergunta ao Governo
Anexos: pg4412-xiii-2_Tapada Nacional Mafra.pdf; pr4412-xiii-2-a.pdf

De: Grupo Parlamentar Os Verdes [mailto:PEV.Correio@pev.parlamento.pt]
Enviada: 2 de outubro de 2017 12:41
Para: Geral <Geral@cm-mafra.pt>
Assunto: FW: Tapada Nacional de Mafra - Pergunta ao Governo

Exmo. Senhor Presidente,

Em aditamento à nossa mensagem eletrónica de 8 de junho, vimos remeter, para conhecimento de V. Exa. e restantes membros do Executivo municipal a resposta do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural à pergunta que lhe foi dirigida pelos Srs. Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia.

Sem mais de momento, apresentamos os melhores cumprimentos,

A Chefe de Gabinete
Joana Gomes da Silva



Grupo Parlamentar "Os Verdes"
Tel: +351 - 213 919 203 / 213 919 294

Assembleia da República, Palácio de S. Bento
Fax: +351 - 213 917 424

1200-068 Lisboa
www.osverdes.pt

De: Grupo Parlamentar Os Verdes
Enviada: quinta-feira, 8 de junho de 2017 12:35
Para: Câmara Municipal Mafra <geral@cm-mafra.pt>
Assunto: Tapada Nacional de Mafra - Pergunta ao Governo

Exmo. Senhor Presidente,

Para conhecimento de V. Exa. e restantes membros do Executivo municipal, vimos remeter uma pergunta dirigida ao Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural pelos Srs. Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia sobre a Tapada Nacional de Mafra.

Sem mais de momento, apresentamos os melhores cumprimentos,

Joana Gomes da Silva
Chefe de Gabinete



Grupo Parlamentar "Os Verdes"
Tel: +351 - 213 919 203 / 213 919 294

Assembleia da República, Palácio de S. Bento
Fax: +351 - 213 917 424

1200-068 Lisboa



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 4412/ XIII (2 .ª)

Expeça - se

Publique - se

2017-06-07

O Secretário da Mesa

Emília Santos
(Assinatura Qualificada)
Digitally signed by
Emília Santos
(Assinatura Qualificada)
Date: 2017.06.07
15:41:10 +01:00
Reason:
Location:

Assunto: Tapada Nacional de Mafra

Destinatário: Min. da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Em 1747 foi criada a “Real Tapada de Mafra” com uma área de 1200 hectares, rodeada por um muro de alvenaria em pedra e cal, numa extensão de 21 Km, com o objetivo primário de proporcionar um envolvimento verde e cinegético ao Monumento, como espaço de recreio e venatório do Rei e da sua corte, de fornecer lenha e outros produtos ao Convento.

Em 1828 - A “Tapada” foi dividida em três partes separadas por dois muros construídos, ficando a primeira, com 360 hectares para administração militar.

Com a implantação da República passou-se a designar Tapada Nacional de Mafra (TNM), - sobretudo destinada ao exercício de caça e de atos protocolares.

Em 1941 - A “Tapada” passou a gestão em regime florestal de proteção ambiental, sob tutela da Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Agrícolas

Em 1993 – A Tapada foi concessionada à Empresa Nacional de Desenvolvimento Agrícola e Cinegético (ENDAC), uma sociedade de capital exclusivamente público na dependência do Ministério da Agricultura.

Em 1998 - foi criada uma Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, criada em pela Resolução de Conselho de Ministros nº 7/98, ficando o Estado numa posição maioritária no seu capital social, tendo parceria com; Câmara Municipal de Mafra; Direção Regional de Agricultura Pescas de Lisboa e Vale do Tejo; Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas; Clube Português de Monteiro Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, IP; Fundação Alter Real; Liga dos Amigos de Mafra; Federação dos Arqueiros e Besteiros de Portugal; Associação dos Agricultores do Concelho de Mafra.

Considerando que a Tapada Nacional de Mafra, reveste uma importância vital para a paisagem, a vida, a economia e a cultura no Concelho de Mafra, com um vasto património edificado, de biodiversidade biológica, cinegética, florestal, fauna e flora, de património geológico e de macro fungos, única para a região e como um valor nacional a preservar.

Considerando que o Grupo Parlamentar de Os Verdes registou recentemente várias preocupações relativas à práticas de gestão da Tapada Nacional de Mafra.

Solicito, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, a S. Ex.ª O Presidente da Assembleia da República que remeta ao Governo a seguinte pergunta, para que o Ministério da Agricultura da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural possa prestar os

seguintes esclarecimentos.

- 1 – Tem esse ministério registado algum plano estratégico que assuma uma verdadeira e integral gestão da Tapada Nacional de Mafra?
- 2 – Foram registadas algumas preocupações por parte da estrutura sindical dos trabalhadores e colaboradores da TNM, como a violação dos seus direitos em matéria de violação dos horários de trabalho, funções laborais, de saúde e segurança no trabalho, como forma de pressão para a sua saída voluntária?
- 3 - Qual é o quadro ativo de trabalhadores, em número e funções e de registo de vagas de carências, bem como o registo de saídas voluntárias de trabalhadores por pressão?
- 4 – Qual o número de ativos e de carência de sapadores florestais?
- 5 – O Censo dos animais tem sido regularmente registado?
- 6 - Presentemente que o numero de animais e espécies presentes na Tapada?
- 7 – Qual foi a razão apresentada pelo ICNF, para justificar o abandono da direção da TNM?

Palácio de São Bento, terça-feira, 6 de Junho de 2017

Deputado(a)s

JOSÉ LUÍS FERREIRA(PEV)

HELOÍSA APOLÓNIA(PEV)



Exmo. Senhor
Dr. Nuno Araújo
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Secretário
de Estado dos Assuntos Parlamentares

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		Nº: 2387/2017 PROC. Nº: 22.01	19-09-2017

ASSUNTO: PERGUNTA Nº 4412/XIII/2ª DE 14 DE JUNHO DE 2017
• TAPADA NACIONAL DE MAFRA

Relativamente à Pergunta Parlamentar n.º 4412/XIII/2.ª do PEV cumpre informar o seguinte:

1. Tem esse Ministério registado algum plano estratégico que assuma uma verdadeira e integral gestão da Tapada Nacional de Mafra?

A Tapada Nacional de Mafra dispõe do seu próprio Plano de Gestão Florestal, publicado no portal do ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e Floresta.

2. Foram registadas algumas preocupações por parte da estrutura sindical dos trabalhadores e colaboradores da TNM, como a violação dos seus direitos em matéria de violação dos horários de trabalho, funções laborais, de saúde e segurança no trabalho, como forma de pressão para a sua saída voluntária?

Efetivamente, a estrutura sindical manifestou um conjunto de preocupações anteriores à chegada da nova Direção, em reunião que ocorreu em 01.04.2016.

3. Qual é o quadro ativo de trabalhadores, em número e funções e de registo de vagas de carências, bem como o registo de saídas voluntárias de trabalhadores por pressão?

Estão ao serviço da Tapada Nacional de Mafra 16 trabalhadores. Foram registados dois pedidos de rescisão de contrato de trabalho por parte de dois sapadores florestais, invocando como motivo o baixo valor da remuneração auferida e a distância do posto de trabalho à residência. Foi igualmente registado o pedido de rescisão de contrato de trabalho por parte de uma rececionista invocando motivos pessoais. Estas rescisões ocorreram no mês de junho e no mês de julho respetivamente. Não foram registadas saídas dos trabalhadores por pressão, tendo inclusivamente sido solicitado que permanecessem nos postos de trabalho.

4. Qual o número de ativos e de carência de sapadores florestais?

A Tapada Nacional de Mafra tem ao serviço do seu quadro uma equipa de sapadores florestais, composta por 5 elementos.

5. O Censo dos animais tem sido regularmente registado?

Passou a ser feito desde a entrada em funções da nova Direção, em colaboração com o ICNF, razão pela qual este ano não foi autorizado o exercício da caça.

6. Presentemente qual o número de animais e espécies presentes na Tapada?

Existem na Tapada de Mafra praticamente todas as espécies características da Fauna Mediterrânica, que é extremamente variada. Os censos só são efetuados a 3 espécies: veado, gamo e javali. De acordo com o último censo existem aproximadamente 300 gamos, 300 javalis e 50 veados.

7. Qual foi a razão apresentada pelo ICNF, para justificar o abandono da direção da TNM?

O ICNF não abandonou a Direção da Tapada Nacional de Mafra. Pelo contrário. O seu representante na Direção é o Presidente do Conselho Diretivo.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete



Regina Pinto Lopes



Vereadores do Partido Socialista na Câmara Municipal de Mafra

Declaração de Voto

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista não podem aceitar o desrespeito pelos mais essenciais valores democráticos.

No passado dia 24-10-2017 os vereadores sem pelouro entregaram um requerimento (Anexo) visando a entrega das gravações áudio de cada reunião de executivo, com as respectivas actas, antes da sua votação, para aferição da conformidade das mesmas, sendo que tal requerimento nem sequer obteve resposta.

A falta de resposta ao requerimento, violadora da Lei do Estado Português, demonstra postura anti-democrática do presidente da Câmara Municipal Mafra em exercício, Hélder Sousa Silva, sendo postura idêntica à assumida pelos sequazes do Estado Novo.

Por falta de transparência e rigor na condução dos assuntos camarários, o Partido Socialista vota contra a aprovação da acta em discussão.

Mafra, 03 de Novembro de 2017

O vereador da Câmara Municipal de Mafra, eleito pelo Partido Socialista



Vereadores do Partido Socialista na Câmara Municipal de Mafra

Requerimento

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista vêm solicitar, ao abrigo do disposto no artigo 5º número 1 e 2 da Lei 26/2016 de 22 de Agosto e 4º número 1 e 2 da Lei número 24/98, de 26 de Maio.

Pedido das gravações áudio de todas as reunião do executivo da Câmara Municipal Mafra, a partir data da recepção deste requerimento.

Para o efeito, tais transcrições deverão ser remetidas com a cópia das actas em questão.

Fundamentação

- 1- As actas são instrumentos para memória futura.
- 2- As actas que devem ser documentos de cariz institucional, nas quais são transcritos os factos ocorridos em cada sessão.
- 3- As actas devem conter a súmula de cada intervenção, mas sem alterar o seu conteúdo ou objectivo, com rigor nas transcrições das várias intervenções efectuadas.

24-10-2017

E.D.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

019

Departamento de Administração Geral e Finanças**Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos****PARECER****DESPACHO**

Concordo com o parecer e por a divulgação por se iguiente
diante é Avtcom e quando
de telecomunicações devido a
muita foi aprovada pela Câmara
.../.../2017

O(A) Vereador(a),

Vereador

concordo com o parecer
informar.

20./10./2017

O(A) Diretor(a) de Departamento, *autuado*

Concordo com a informação prestada,
que submeto à consideração superior
27/10./2017

O(A) Chefe de Divisão

*Fernando de Calhaz**A reunião*

...../...../.....

O Presidente da Câmara,

Helder Sousa Silva

(Helder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/15190

ASSUNTO: Proposta de Início de Procedimento - Alteração/Revisão do Regulamento de Obras e Trabalhos na Via Pública relativo à Construção, Instalação, Uso e Conservação de Infraestruturas do Município de Mafra

1. Face ao lapso de tempo decorrido desde a aprovação do Regulamento de Obras e Trabalhos na Via Pública Relativo à Construção, Instalação, Uso e Conservação de Infraestruturas no Município de Mafra, que se encontra em vigor desde 23 de julho de 2007, importa analisar as disposições regulamentares em vigor e adequar as mesmas à realidade atual, nomeadamente, quanto à regulação da instalação de redes/cablagens pelos diversos operadores nas fachadas dos edifícios públicos e privados, bem como os atravessamentos de vias públicas.
2. Importa, ainda, adaptar o referido Regulamento ao Regime Jurídico da Construção, do Acesso e da Instalação de Redes e Infraestruturas de Comunicações Eletrónicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, alterado pela Retificação n.º 43/2009, de 25 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 258/2009, de 25 de setembro, pela Lei



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos

n.º 47/2013, de 10 de julho, pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 92/2017, de 31 de julho e pela Retificação n.º 26-A/2017, de 28 de setembro, que, designadamente:

- Estabelece uma regra de acesso aberto e não discriminatório a condutas, postes e outras instalações pertencentes a entidades que, operando noutros sectores, são detentoras de redes de condutas de significativa importância;
- Pretende operar a remoção ou atenuação de barreiras à construção de infraestruturas destinadas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas;
- Visa facilitar a coordenação das intervenções no subsolo, nomeadamente pela obrigatoriedade de anunciar a realização de obras que viabilizem a construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas e admitir a associação de empresas deste sector a esta intervenção;
- Harmoniza procedimentos, especialmente no relacionamento dos operadores com as autarquias locais, estabelecendo-se que a construção de infraestruturas adequadas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas está sujeita ao procedimento de comunicação prévia à câmara municipal previsto no regime jurídico da urbanização e edificação;
- Contém um conjunto de disposições destinadas a assegurar o acesso aberto a infraestruturas já existentes e a construir que, pelas suas características, estão aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas, devendo o mesmo ser assegurado em condições de igualdade, transparência e não discriminação e mediante condições remuneratórias orientadas para os custos;
- Define o regime jurídico aplicável às infraestruturas de telecomunicações em loteamentos, urbanizações e conjuntos de edifícios (ITUR), estabelecendo-se regimes distintos no que respeita à propriedade, gestão e acesso, consoante as ITUR sejam públicas ou privadas;
- Estabelece o regime aplicável às infraestruturas de telecomunicações em edifícios (ITED), prevendo-se que é obrigatória a utilização das infraestruturas de telecomunicações já instaladas sempre que as mesmas permitam suportar os serviços a prestar e a tecnologia a disponibilizar;
- Prevê a possibilidade de cobrança de uma taxa municipal de direito de passagem (TMDP), sem possibilidade de cobrar quaisquer outras taxas, encargos ou remunerações, sem prejuízo da remuneração devida pelo direito de acesso a infraestruturas aptas que pertençam ao domínio público ou privado das autarquias locais.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos**

3. Ora, compete à Câmara Municipal a elaboração e correspondente submissão a aprovação da Assembleia Municipal dos projetos de regulamentos externos, atento a disposto na alínea k) do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, diploma legal que aprovou, entre outros, o Regime Jurídico das Autarquias Locais.
4. Atento o disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, o início do procedimento é publicitado na *Internet*, no sítio institucional da entidade pública, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento.

Face ao exposto, proponho, salvo melhor entendimento, que ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 1, do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, com a alínea k) do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a Câmara Municipal delibere iniciar o procedimento referente à revisão/alteração do Regulamento de Obras e Trabalhos na Via Pública Relativo à Construção, Instalação, Uso e Conservação de Infraestruturas no Município de Mafra, podendo os interessados, querendo, constituir-se como tal no procedimento e apresentar as suas sugestões, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicitação do início do procedimento no sítio institucional da Câmara Municipal de Mafra, na *Internet*, as quais deverão ser formuladas, por escrito, até ao final do mencionado prazo, através de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Mafra.

É o que me cumpre informar

E submeter à Consideração Superior

Mafra, 26 de outubro de 2017

X Cátia Sousa.

Cátia Sousa
Técnica Superior

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos

PARECER

Concordo.
A consideração do Excmo. Senhor
Presidente.

30.10.2017

[Handwritten signature]

O(A) Vereador(a),

Concordo com a posição
apresentada.

30.10.2017

O(A) Diretor(a) de Departamento, *[Handwritten signature]*

Concordo com a informação prestada,
que submete à Consideração Superior.
27.10.2017

O(A) Chefe de Divisão

[Handwritten signature]

DESPACHO

[Handwritten signature]
A reunião.

30.10.17

O Presidente da Câmara,

[Handwritten signature]
(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/15239

ASSUNTO: Projeto de Alteração do Regulamento das Instalações Desportivas Municipais

1. Considerando a necessidade de proceder a uma revisão do Regulamento das Instalações Desportivas Municipais em vigor para adequar o mesmo à realidade concelhia atual, nomeadamente quanto à expansão da rede de Instalações Desportivas Municipais, às diversas modalidades desportivas existentes nas instalações, bem como aos horários e preços atualmente praticados, a Câmara Municipal deliberou, na reunião de 15/09/2017, «em conformidade com o disposto no artigo 98.º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo e atenta a competência prevista na alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, dar início ao procedimento referente à elaboração da alteração do Regulamento das Instalações Desportivas Municipais, podendo os interessados, querendo, constituir-se como tal no procedimento e apresentar, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos

publicitação do início do procedimento no sítio institucional desta edilidade, na Internet, as suas sugestões, as quais deverão ser formuladas, por escrito, até ao final do mencionado prazo, através de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal».

2. Seguidamente, em 20/09/2017, foi publicitado, na *Internet*, no sítio institucional desta Câmara Municipal (www.cm-mafra.pt), através do Edital n.º 155/2017, assinado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, em 15/09/2017, o início do procedimento de alteração do mencionado Regulamento, constando do aludido Edital, tal como determina o artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, a data em que o mesmo se iniciou, o seu objeto e a forma de constituição como interessados e de apresentação de contributos.
3. Assim, foi concedido o prazo de 10 dias úteis, a contar de 20/09/2017, para que os interessados, querendo, pudessem constituir-se como tal no procedimento e apresentar, por escrito, até ao final do mencionado prazo, através de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Mafra, as suas sugestões para a elaboração do mencionado projeto de alteração regulamentar.
4. Decorrido tal prazo, cujo término ocorreu em 03/10/2017, apurou-se, junto da Área de Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos, que não ocorreu a constituição de interessados no procedimento, nem a apresentação de quaisquer contributos.
5. Segundo dispõe o n.º 1 do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, quando a natureza da matéria o justifique, o órgão competente deve submeter o projeto a consulta pública.
6. No entanto, tendo presente a circunstância de não ter ocorrido a constituição de interessados no procedimento, nem a apresentação de quaisquer contributos, apesar da divulgação que foi dada à proposta de alteração em causa, afigura-se,

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos**

ressalvando melhor opinião, que não se justificará a submissão a consulta pública do projeto de alteração regulamentar em apreço, atento, ademais, que o início da época desportiva 2017/2018 já ocorreu no mês de setembro, urgindo implementar as alterações efetuadas.

Nestes termos, **propõe-se, salvo melhor entendimento de V. Exa., que**, ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 112.º e no artigo 241.º, ambos da Constituição da República Portuguesa, na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugada com a alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à mesma Lei, e após o início do procedimento ter sido publicitado na *Internet*, no sítio institucional desta Câmara Municipal, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma de constituição de interessados e de apresentação de contributos, nos termos estipulados no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, sem que, decorrido o prazo concedido para o efeito, tenha ocorrido a constituição de interessados no procedimento e a apresentação de quaisquer contributos, tendo-se acautelado, dessa forma, a audiência dos interessados, não se justificando a submissão a consulta pública, pelas razões acima invocadas, **a Câmara Municipal delibere concordar com o "Projeto de Alteração ao Regulamento das Instalações Desportivas Municipais", anexo à presente informação, e propor à Assembleia Municipal a aprovação do mesmo.**

É o que me cumpre informar

E submeter à Consideração Superior

Mafra, 27 de outubro de 2017

X Cátia Sousa

Cátia Sousa
Técnica Superior



**REGULAMENTO
DAS
INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS**



REGULAMENTO DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS

Nota Justificativa

O desporto desempenha um papel primordial numa sociedade com estilos de vida individualizados e sedentários, considerando as suas potencialidades na melhoria e manutenção da saúde, na redução dos fatores de risco associados aos atuais padrões de vida na promoção da integração dos indivíduos na sociedade e na dinamização de pontos de convívio. Os seus benefícios ultrapassam o próprio indivíduo, já que uma população saudável e ativa é mais produtiva, mais feliz, provoca menos gastos em saúde e será, sem dúvida. Mais solidária.

Por isso, o desporto é, a nível nacional e europeu, um bem misto, sendo que, sempre que possível, o seu financiamento é assegurado pelo próprio indivíduo e pelos diversos organismos públicos

A Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, aprovada pela Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, reiterou a exigência que já constava do artigo 79.º da Constituição da República Portuguesa *"todos têm direito a uma cultura física e ao desporto"*, reforçando que compete ao Estado, às Regiões Autónomas e às Autarquias Locais a promoção e a generalização da atividade física enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos, adotando programas que visem criar espaços públicos aptos para a atividade física, incentivar a integração da atividade física nos hábitos de vida quotidianos e promover a conciliação da atividade física com a vida pessoal, familiar e profissional.

Tendo em consideração a publicação de legislação específica sobre a matéria, designadamente o Regime Jurídico das Instalações Desportivas de Uso Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 110/2012, de 21 de maio, o Regime da Responsabilidade Técnica pela Direção e Orientação das Atividades Desportivas, aprovado pela Lei n.º 39/2012, de 28 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 102/2017, de 23 de agosto ou o Regime Jurídico do Seguro Desportivo Obrigatório, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 10/2009, de 12 de janeiro, alterado pela Lei n.º 27/2011, de 16 de junho, torna-se necessário proceder à atualização do Regulamento das Instalações Desportivas Municipais, adaptando-o às novas regras em vigor.



Assim, em conformidade com as disposições conjugadas do n.º 7 do artigo 112.º e do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, da alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º e da alínea k) do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e em observância do disposto no artigo 136.º do Código do Procedimento Administrativo, submeter a apreciação pública a proposta de Alteração do Regulamento das Instalações Desportivas Municipais, a qual será posteriormente submetida a aprovação da Assembleia Municipal de Mafra, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º

(Âmbito de aplicação)

O presente regulamento estabelece as normas gerais de funcionamento e as condições de utilização das Instalações Desportivas Municipais (IDM).

ARTIGO 2.º

(Gestão e administração)

Os equipamentos constantes nas instalações municipais referidas no artigo anterior são geridos e administrados pela Câmara Municipal, salvo nos casos de concessão a outra entidade pública ou privada.

ARTIGO 3.º

(Horários e períodos de funcionamento)

1. O horário de abertura ao público das IDM é definido individualmente, para cada uma das instalações, podendo, por isso, cada instalação dispor de um horário de funcionamento próprio.
2. Os horários são afixados, em local visível, em cada instalação, e divulgados no sítio da internet da Câmara Municipal de Mafra (<http://cm-mafra.pt>).

ARTIGO 4.º

(Utente)

1. Os utentes são todas as entidades públicas ou privadas, individuais ou coletivas, que utilizem os equipamentos referidos no artigo 2.º;



2. Os utentes das IDM são civilmente responsáveis pelos danos causados, bem como pela destruição intencional dos materiais e equipamentos que lhe estão afetos.

SECÇÃO I

NÚCLEOS DESPORTIVOS MUNICIPAIS, ALUGUERES E CEDÊNCIAS

ARTIGO 5.º

(Núcleos Desportivos Municipais)

1. Dispondo de orientação técnica de professores ou monitores especializados, os núcleos desportivos municipais são espaços de prática formal de modalidades desportivas, estando estruturados por classes (consoante as modalidades, idades ou/ níveis de prática) e horários;
2. **As atividades** nos núcleos desportivos decorrem durante a época desportiva que se desenvolve entre o dia 1 de setembro e 31 de julho de cada ano, sendo interrompidas as atividades nos feriados nacionais e feriado municipal, bem como nas tolerâncias de ponto, não havendo lugar a créditos. Neste sentido o utente poderá compensar, sem prejuízo da verificação das vagas disponíveis, no nível correspondente. As aulas poderão ainda ser suspensas por razões alheias à Câmara Municipal de Mafra, tendo lugar a compensação;
3. A Autarquia reserva-se ao direito de alterar os técnicos afetos às classes, sem aviso prévio, sem prejuízo do horário/ serviços prestados aos utentes.

ARTIGO 6.º

(Inscrições e títulos de acesso)

1. A inscrição nos núcleos municipais faz-se mediante o preenchimento de impresso próprio, assinado pelo utente ou Encarregado de Educação (quando menor de 18 anos de idade) e entregue ou enviado para a secretaria da respetiva IDM.
2. São, ainda, aceites inscrições por email, em formulário próprio, as quais carecem de validação, **sendo que**, para validar a inscrição é necessária a apresentação do documento de identificação, **para que os serviços possam proceder à confirmação das informações fornecidas** (Cartão do Cidadão ou documento de Identificação válido e cartão de contribuinte);
3. Aquando da inscrição, será atribuído um cartão **pessoal e intransmissível**, que permite o acesso à referida instalação ou instalações, e atividade(s).



4. A perda do cartão de utente deve ser imediatamente comunicada aos serviços administrativos da respetiva instalação, [para emissão de uma segunda via, cujo custo será imputado ao utente](#);
5. A utilização pontual das IDM faz-se mediante aquisição prévia de ingresso, sendo que os utilizadores poderão igualmente adquirir um cartão de utente e fazer um carregamento mínimo, equivalente ao valor de dez utilizações, onde serão descontadas as utilizações pontuais que efetuar.
6. O valor do carregamento [referido no número anterior](#) tem a validade de seis meses, [contados](#) desde a última utilização.
7. A não utilização, no prazo estipulado [no número anterior](#), dos valores existentes em crédito nos [referidos](#) cartões implica a sua perda;
8. Caso o utente pretenda, poderá solicitar a transferência do valor em saldo para uma mensalidade, sendo creditado o valor correspondente ao saldo na ficha do utente, não havendo lugar a devoluções;
9. Aquando da realização de eventos sem fins desportivos, será aplicado o valor aprovado anualmente em reunião de Câmara Municipal de Mafra.

ARTIGO 7.º

(Alugueres e cedências)

1. Sem prejuízo das classes dos núcleos desportivos municipais, a Câmara Municipal poderá autorizar a utilização das IDM, por [locação](#), designadamente para os seguintes fins:
 - a) Prática regular ou pontual de atividades desportivas orientadas por monitores externos, promovidas por entidades com ou sem fins lucrativos, sedeadas ou não na área do Município;
 - b) Prática regular ou pontual de atividades desportivas orientadas por monitores externos, promovidas individualmente ou por grupos de utentes.
2. Os pedidos de [locação](#) das instalações desportivas devem ser efetuados por escrito nas secretarias ou postos de atendimento ou enviados para o email disponibilizado para este fim;



3. As locações podem ser regulares ou pontuais, considerando-se locações regulares aqueles em que a marcação ocorra pelo menos uma vez por semana, no período mínimo de um mês.
4. Nas locações regulares, a desistência da utilização da instalação deverá ser comunicada, por escrito, até dez dias antes, sob pena de continuarem a ser devidos os pagamentos correspondentes;
5. No caso das locações pontuais, a desistência implica o pagamento correspondente, caso e não se concretize com pelo menos 48 horas de antecedência;
6. Sem prejuízo do normal funcionamento das instalações, poderão ser celebrados protocolos de utilização das IDM com estabelecimentos de ensino, associações e clubes, sedeados ou não na área do Município;
7. A utilização prevista no número anterior não dispensa o controlo de acessos às instalações mediante a emissão do cartão, ou entrega de lista de participantes, de acordo com o acordo/ protocolo celebrado.

ARTIGO 8.º

(Termo de responsabilidade)

Nos termos do n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, constitui especial obrigação do praticante assegurar-se, previamente, de que não tem quaisquer contraindicações para a prática da atividade física e do desporto.

ARTIGO 9.º

(Preços)

O valor das mensalidades dos núcleos municipais e das locações regulares e pontuais das instalações desportivas é aprovado anualmente e será atualizado antes do início da respetiva época desportiva, assim como os descontos aplicáveis às mensalidades.

ARTIGO 10.º

(Pagamentos e prazos de desistência)

1. Os pagamentos das mensalidades dos núcleos municipais e das locações regulares devem ser efetuados até dia 10 de cada mês, ao balcão ou por referência multibanco.



2. O não pagamento até ao dia 10 de cada mês implica a interdição da participação nos respetivos núcleos e a utilização dos espaços.
3. O pagamento da mensalidade após o prazo indicado no número anterior implica o pagamento de uma coima de acordo com o preçário em vigor;
4. O pagamento das locações pontuais deve ser efetuado após confirmação da disponibilidade do espaço;
5. As desistências dos núcleos municipais devem ser comunicadas, por escrito, até ao último dia útil do mês anterior ao da desistência, sendo certo que, se a mesma for comunicada até ao dia 10 do próprio mês, deverá ser feito o pagamento de meia mensalidade;
6. Caso se verifique a não frequência do núcleo, será feito o cancelamento automático da inscrição ao fim de um mês de pagamentos em atraso, ficando em débito o equivalente a meia mensalidade;
7. O utente que pretender voltar a inscrever-se nos núcleos municipais, após cancelamento, deverá proceder a uma nova inscrição;
8. Não são efetuados créditos, por motivo de ausência do utente;
9. Em cada época desportiva, o utente poderá usufruir de duas suspensões da inscrição, pelo prazo de 15 dias, ou uma suspensão da inscrição pelo prazo de 1 mês sem perda de vaga, sem qualquer prejuízo na inscrição;
10. Os períodos de suspensão mencionados no número anterior, têm de ser solicitados no mês anterior ou durante o período de desistência pretendido.

SECÇÃO II

UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS

ARTIGO 11.º

(Condições de utilização)

1. Não é permitida a utilização de equipamentos e materiais suscetíveis de deteriorar as instalações;



2. Os utentes devem utilizar equipamento compatível e calçado adequado às atividades desportivas em que estão integrados, não sendo possível utilizar o mesmo calçado que utilizam na rua;
3. As locações englobam a utilização do apetrechamento desportivo necessário para a prática das várias modalidades. O apetrechamento desportivo degradado aquando dos alugueres deve ser repostado pela entidade ou indivíduos promotores da atividade, sempre que se verifique que a degradação do material ocorreu por utilização indevida;
4. A entrada nos balneários faz-se 15 minutos antes da aula/ locação e a saída até 20 minutos após término da(o) mesma(o);
5. A partir dos 7 anos as crianças devem utilizar os balneários correspondentes ao seu género, porém, quando for necessário o acompanhamento de um adulto do género oposto, o mesmo terá de ser feito no balneário das crianças;
6. Só é permitida a entrada nos balneários de um acompanhante por criança, até aos 10 anos;
7. Os acompanhantes apenas permanecerão nos balneários aquando do acompanhamento das crianças; para esse fim deverão passar no controlo de acessos antes do final da aula respetiva;
8. Não é permitida a reserva de vestiários ou cabines de duche, devendo os utentes deixar os seus pertences nos cacifos disponíveis para o efeito, durante o período das aulas;
9. Desde que as características da modalidade e as condições técnicas das instalações o permitam, e daí não resulte prejuízo para os praticantes, pode ser autorizada a sua utilização simultânea por vários utentes, individuais e coletivos.

ARTIGO 12.º

(Interdições)

1. Nas Instalações Desportivas Municipais é proibido:
 - a) O acesso de animais (exceto cães-guia);
 - b) Colher flores e/ ou danificar plantas e árvores;
 - c) Ingerir qualquer tipo de alimentos nos recintos desportivos;



- d) A utilização do apetrechamento desportivo com fins distintos daqueles para que estão destinados;
 - e) Fotografar ou filmar dentro das instalações, exceto se obtiver autorização prévia;
 - f) Utilizar veículos motorizados ou velocípedes dentro dos parques desportivos e/ou recreativos, fora das zonas delimitadas para o efeito;
2. Para além das interdições previstas na lei geral, é proibido transportar garrafas de vidro, latas e outros objetos contundentes ou cortantes para o interior das instalações desportivas.

ARTIGO 13.º

(Segurança dos utentes)

A segurança dos utentes é da responsabilidade das entidades utilizadoras e dos próprios utentes.

ARTIGO 14.º

(Reserva de admissão e de utilização)

1. A Câmara Municipal ou a entidade gestora reserva-se o direito de não autorizar a permanência nas instalações de utentes que desrespeitem as normas de utilização constantes deste regulamento e que perturbem o normal desenrolar das atividades e dos serviços administrativos.
2. Nas atividades enquadradas pelos Núcleos Desportivos Municipais, não é permitida a permanência nos espaços de aula, sem a presença do professor.

ARTIGO 15.º

(Ética desportiva)

O comportamento dos praticantes e dos espetadores das várias modalidades desportivas deverá, em qualquer caso, pautar-se por princípios de respeito mútuo, sã camaradagem, desportivismo e boa educação, sob pena de aplicação das sanções previstas neste regulamento e na lei geral.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

SECÇÃO I

PISCINAS



ARTIGO 16.º

(Condições específicas de utilização das Piscinas Cobertas)

1. No interior das piscinas cobertas, nomeadamente nas zonas de “pé limpo”, só é permitido circular com chinelos e equipamento de natação;
2. É obrigatória a utilização de touca, **bem como** fato de banho apropriados, **em lycra**, os quais deverão ser de utilização exclusiva de piscina.
3. **A touca a utilizar pelos utentes das aulas de natação deve ter a cor definida para o nível das aulas de natação que frequentam, para beneficiar a melhor identificação dos utentes de cada nível e garantir uma maior segurança na utilização das piscinas.**
4. Aos utentes das piscinas é proibido:
 - a) Contaminar a água das piscinas e a zona circundante;
 - b) Entrar na zona de cais sem tomar duche;
 - c) Gritar ou provocar ruídos que perturbem os utentes do recinto;
 - d) Comer ou beber nas piscinas e nas áreas destinadas à permanência dos utentes;
 - e) Utilizar cremes, maquilhagens, óleos, pensos ou quaisquer outros produtos que deterioremem a qualidade da água;
 - f) Usar colares, pulseiras, anéis ou brincos;
 - g) Levar artigos pessoais para o cais;
 - h) O acesso ao tanque principal a crianças ou adultos que não saibam nadar, desde que não enquadrados em aulas;
 - i) A utilização da mesma na presença de feridas, herpes, queimaduras ou conjuntivites.
5. O acesso à pista de utilização livre (sem professor) é reservado a utentes que saibam nadar, não sendo permitida a permanência nesta pista para fins terapêuticos ou lúdicos, assim como para utentes com idade inferior a 6 anos; dos 7 aos 10 podem frequentar desde que acompanhados por adulto;

ARTIGO 17.º

(Condições específicas de utilização das Piscinas Descobertas)

1. A aquisição de bilhete e aluguer de espreguiçadeiras é feita na portaria do Parque Desportivo, devendo ser apresentado na entrada dos balneários da instalação;
2. A entrada nas instalações das piscinas descobertas a crianças com menos de 12 anos só é permitida quando acompanhada por adultos;
3. Aos utentes das piscinas é proibido:
 - a. Contaminar a água das piscinas e a zona circundante;
 - b. Saltar e mergulhar do cais da piscina;



- c. Gritar ou provocar ruídos que perturbem os utentes do recinto;
 - d. Jogar à bola dentro da piscina ou zona circundante;
 - e. Abandonar desperdícios dentro do recinto das piscinas;
 - f. O acesso a crianças com menos de 6 anos de idade ao tanque que lhes é destinado, exceto quando acompanhados por adultos.
 - g. Fazer-se acompanhar de chapéus-de-sol ou para-ventos particulares na zona circundante da piscina, à exceção da zona de relva.
4. A guarda de valores, roupa, calçado ou outros objetos de uso pessoal faz-se nos cacifos dos balneários, mediante a introdução de uma moeda, que será devolvida após utilização, ou de um cadeado.
5. Não é permitida a ingestão de alimentos ou bebidas na zona do cais das piscinas, podendo fazê-lo na zona de merendas.

ARTIGO 18.º

(Qualidade da água)

1. Serão afixadas, regularmente, informações sobre a qualidade da água, nomeadamente temperatura e valores de PH da(s) piscina(s), assim como o relatório da análise bacteriológica, de acordo com a obrigatoriedade legal em vigor.
2. Sempre que as análises bacteriológicas não sejam de acordo com os parâmetros legalmente estabelecidos, poderá ser decretado o encerramento da piscina pelo período de tempo necessário à reposição das adequadas condições de funcionamento.

SECÇÃO II

POLIDESPORTIVOS DESCOBERTOS

ARTIGO 19.º

(Condições específicas de utilização)

1. Deve existir o cuidado para não transportar areias, lama ou outros dejetos que poluam e danifiquem o recinto desportivo;
2. A utilização desta instalação é gratuita, devendo ser utilizada por ordem de chegada; sempre que o utente solicite iluminação, ser-lhe-á cobrado o valor da taxa em vigor.



SECÇÃO III CAMPOS DE TÊNIS

ARTIGO 20.º

(Condições específicas de utilização)

1. No interior dos campos, não é permitida a utilização de calçado que possa deteriorar o pavimento;
2. A utilização desta instalação carece de marcação/ autorização e pagamento prévio, devendo ser regularizado na secretaria/ portaria do Parque Desportivo.

SECÇÃO IV ESTÁDIO E CAMPO DE FUTEBOL

ARTIGO 21.º

(Condições específicas de utilização)

1. Dentro do relvado devem ser utilizadas sapatilhas com pitons;

SECÇÃO V PISTA DE ATLETISMO

ARTIGO 22.º

(Condições específicas de utilização)

1. Os balneários a utilizar pelos vários utentes serão indicados pelo funcionário de serviço;
2. As pistas de atletismo devem ser utilizadas da seguinte forma:
 - a) Corredores 1 e 2 para corridas superiores a 400 metros;
 - b) Corredores 3, 4 e 5 para corridas inferiores a 400 metros;
 - c) Corredores 6 e 7 para barreiras;
 - d) Corredor 8 como corredor de aquecimento;
 - e) Sempre que não existam treinos específicos, podem utilizar-se para aquecimento as zonas de lançamento de dardo, corredor de salto à vara, corredor de salto em comprimento, zona de salto em altura, topos do relvado do campo e junto à vala de água;
 - f) Quando dentro da pista de atletismo, o atleta deve estar atento aos restantes utentes e comportar-se de forma a não prejudicar os respetivos treinos.



3. Dentro dos corredores da pista de atletismo deve ser utilizado sempre calçado adequado à prática desportiva, concretamente sapatilhas de bicos.
4. A utilização desta instalação carece de marcação/ autorização e pagamento prévio, devendo ser regularizado na secretaria/ portaria do Parque Desportivo.

SECÇÃO VI

SALA DE MUSCULAÇÃO E CARDIOFITNESS

ARTIGO 23.º

(Condições específicas de utilização)

1. Aos utentes é obrigatória a utilização de:
 - a) Calçado apropriado e de uso exclusivo de ginásio;
 - b) Equipamento desportivo apropriado;
 - c) Toalha, durante a realização da atividade;
 - d) Recipiente próprio para água.

SECÇÃO VII

ESCOLA DE TRÂNSITO

ARTIGO 24.º

(Finalidade)

A Escola de Trânsito é destinada ao desenvolvimento de programas e ações de sensibilização e aprendizagem das regras relativas à segurança rodoviária, numa perspetiva de formação cívica.

SECÇÃO VIII

ESPAÇO DE JOGO E RECREIO

ARTIGO 25.º

(Finalidade)

O Espaço de Jogo e Recreio é destinado à promoção do convívio e ocupação dos tempos livres das crianças.

ARTIGO 26.º

(Destinatários)



São destinatários do Espaço de Jogo e Recreio as crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 12 anos.

CAPÍTULO III

RESPONSABILIDADE

ARTIGO 27.º

(Expulsão)

1. Os **trabalhadores** responsáveis pelas instalações desportivas poderão solicitar aos utentes que abandonem as respetivas instalações caso desrespeitem as normas deste regulamento e perturbem o normal desenvolvimento das atividades desportivas;
2. De acordo com a gravidade da infração, o seu autor poderá ser proibido de utilizar as instalações por um período a definir pela Câmara Municipal, que poderá ir de 15 a 90 dias, sem prejuízo das sanções previstas na lei geral.

ARTIGO 28.º

(Contraordenações)

Para além da responsabilidade civil e penal **aplicável**, a destruição intencional de bens e equipamentos afetos às Instalações Desportivas Municipais, ou **a** prática de atos que perturbem a ordem pública ou a normal realização das atividades das instalações, são passíveis de **constituir** contraordenação.

ARTIGO 29.º

(Remissão)

Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, constituem contraordenações, para efeitos da aplicação deste Regulamento, as fixadas no **artigo 39.º da Lei n.º 39/2009, de 30 de julho**, transcrito no **Anexo ao presente Regulamento**, correspondendo-lhes as sanções previstas naquele diploma.

ARTIGO 30.º

(Bens e valores)

A Câmara Municipal de Mafra não se responsabiliza por quaisquer bens ou valores deixados nas IDM, não excluindo balneários e cacifos.

**ARTIGO 31.º****(Iniciativas municipais)**

1. A título excecional, sempre que alguma iniciativa municipal não possa ter lugar noutra local e ocasião, o Presidente da Câmara Municipal poderá determinar a suspensão das atividades de qualquer IDM, ainda que com prejuízo dos utentes, mediante comunicação com, pelo menos, 48 horas de antecedência;
2. Nos casos previstos no número anterior, os utentes serão compensados no tempo de utilização.

ARTIGO 32.º**(Aplicação)**

Compete aos [trabalhadores](#) afetos às instalações desportivas e aos monitores desportivos zelar pela observância deste Regulamento.

ARTIGO 33.º**(Atualização)**

Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 9.º, a Câmara Municipal atualizará anualmente o montante dos preços a cobrar na IDM.

ARTIGO 34.º**(Dúvidas e omissões)**

Compete ao Presidente da Câmara Municipal resolver as dúvidas e omissões na execução do presente Regulamento, [atendendo à legislação em vigor, designadamente, ao Regime Jurídico das Instalações Desportivas de Uso Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 110/2012, de 21 de maio, ao Regime da Responsabilidade Técnica pela Direção e Orientação das Atividades Desportivas, aprovado pela Lei n.º 39/2012, de 28 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 102/2017, de 23 de agosto e ao Regime Jurídico do Seguro Desportivo Obrigatório, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 10/2009, de 12 de janeiro, alterado pela Lei n.º 27/2011, de 16 de junho.](#)

ARTIGO 35.º**(Entrada em vigor)**

Este regulamento entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.



ANEXO

(a que se refere o artigo 29.º)

Lei n.º 39/2009, de 30 de julho

Artigo 39.º

1 – Constitui contraordenação, para efeitos do disposto na presente lei:

- a) A introdução, venda e consumo de bebidas alcoólicas no anel ou perímetro de segurança e no interior do recinto desportivo, exceto nas zonas criadas para o efeito, nos termos da alínea f) do nº 2 do artigo 7º;
- b) A introdução, transporte e venda nos recintos desportivos de bebidas ou outros produtos contidos em recipientes que não sejam feitos de material leve não contundente;
- c) A introdução, venda e aluguer ou distribuição nos recintos desportivos de almofadas que não sejam feitas de material leve não contundente;
- d) A prática de atos ou o incitamento à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis;
- e) A utilização nos recintos desportivos de buzinas alimentadas por baterias, corrente elétrica ou outras formas de energia, bem como quaisquer instrumentos produtores de ruídos instalados de forma fixa, com exceção da instalação sonora do promotor do evento desportivo;
- f) A utilização de dispositivos luminosos tipo luz laser, que, pela sua intensidade, seja capaz de provocar danos físicos ou perturbar a concentração e o desempenho dos atletas;
- g) A introdução ou utilização de substâncias ou engenhos explosivos, artigos de pirotecnia, ou objetos que produzam efeitos similares, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis;
- h) O arremesso de objetos, fora dos casos previstos no artigo 31º.

2 – À prática dos atos previstos nas alíneas d), f), g) e h) do número anterior, quando praticados contra pessoas com deficiência e ou incapacidades, aplica-se o regime contraordenacional previsto na Lei nº 46/2006, de 28 de agosto.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Turismo, Cultura e Desporto

PARECER

Concordo

A consideração do Exm. Sr. Presidente.

30./10./2017

O(A) Vereador(a),

Concordo. Proponho que o assunto seja objecto de deliberação pelo órgão executivo.

30./10./2017

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Concordo com a proposta apresentada, no âmbito do evento "O Natal chegou à Vila". Para despacho superior.

30./10./2017

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

A reunião

30./10./17

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/15192**ASSUNTO:** Informação Financeira - O Natal Chegou à Vila - Fixação de preços

Na 5.ª edição de "O Natal chegou à Vila", pretende-se dar prosseguimento a uma dinâmica sentida como necessidade natural nos eventos que têm continuidade, dando, igualmente, resposta às solicitações dos participantes, os quais apelam a entretenimentos que chamem mais público e que o fixem por mais tempo.

Com o forte impacto que o carrocel obteve nos anos anteriores, a Câmara Municipal de Mafra propõe-se continuar a promover este tipo de divertimento, que fomenta animação de recinto.

Atendendo aos custos inerentes à realização deste evento, submete-se à consideração superior, o preço de participação para ocupação de *stands*, bem como o valor das voltas no carrocel, de acordo com a seguinte tabela:



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Turismo, Cultura e Desporto

Stands de madeira para comércio	Valor a pagar
Um dia	5,00€
Uma semana	25,00€
Período completo	75,00€
Carrocel	Valor a pagar
1 (uma) volta	1,00€
Pacotes:	
3 voltas	2,00€
7 voltas	5,00€
10 voltas	7,00€

Tendo em consideração o disposto na al. e) do n.º 1 do artigo 33 do Anexo à Lei n.º 75/2013, compete à Câmara Municipal fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais.

Mafra, 26 de outubro de 2017

A técnica superior,

Maria Manuel Bringel

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico****Divisão de Educação e Juventude****PARECER**

Concordo

À consideração do Exm. Sr. Presidente

30/10/2017

O(A) Vereador(a),

Concordo. Proponho que o assunto seja objecto de deliberação pelo órgão executivo.

30/10/2017

O(A) Diretor(a) de Departamento,

...../...../.....

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

A reunião

30/10/17

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/15304**ASSUNTO:** Processos de Transporte Escolar não enquadráveis no Regulamento Municipal

Para o ano letivo de 2017/2018, foram rececionados onze pedidos para comparticipação do transporte escolar, respeitantes a alunos residentes no concelho de Mafra, que não se enquadram no artigo 1.º (âmbito) do *Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares do Município de Mafra*, por frequentarem estabelecimentos de ensino fora do Concelho, devido à inexistência de oferta educativa/formativa compatível (nos ensinos básico e secundário) ou de vaga no curso escolhido, conforme quadro em anexo.

Assim, considerando que todos os alunos em questão encontram-se abrangidos pela escolaridade obrigatória, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto (*a escolaridade obrigatória cessa com a obtenção do diploma de curso conferente de nível secundário de educação; ou, independentemente da obtenção do diploma de qualquer ciclo ou nível de ensino, no momento do ano escolar em que o aluno perfaça 18 anos de idade*);



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Educação e Juventude

Considerando, também, que a frequência destes percursos escolares, através de cursos de educação e formação e dos cursos profissionais, se revelam como um meio primordial de inclusão dos alunos no sistema educativo, contrariando indubitavelmente a tendência para o abandono escolar e incentivando a orientação para ofertas educativas adaptadas aos interesses, motivações e aspirações dos alunos;

Considerando, ainda, que os parceiros educativos do Município de Mafra prosseguem os objetivos do sucesso escolar e que a escolha da área de estudos, até ao cumprimento da escolaridade obrigatória, não é alheia a esse sucesso escolar;

Propõe-se que a comparticipação do transporte escolar se realize na mesma percentagem do apoio que os alunos teriam caso frequentassem os estabelecimentos de ensino do Concelho, mediante conjugação com os apoios estatais, àqueles alunos que se encontram abrangidos pela ação social escolar.

Mais se propõe que, no caso da aluna Mara Cristina André Moura e Sá, esse apoio possa ser total (75% a cargo da Câmara Municipal e 25% pelo IMT), em virtude da capitação de carência apurada, em sede de atendimento social, e nos termos do n.º 1.5. do artigo 2.º do mesmo *Regulamento*.

O encargo mensal da Câmara Municipal será de 645,76€ (seiscentos e quarenta e cinco euros e setenta e seis cêntimos) e o encargo total, para o presente ano letivo, será de 5.811,84€ (cinco mil, oitocentos e onze euros e oitenta e quatro cêntimos).

Mafra, 30 de outubro de 2017.

A Técnica Superior,

(Patrícia Duarte)



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico
Divisão de Educação e Juventude

Dados do aluno	Residência	Estabelecimento de Ensino que Frequenta	Curso	Observações	Valor mensal do passe	Apoio do IMT (25%)	Proposta de percentagem de comparticipação	Valor a comparticipar pela CMM	Estimativa para 9 meses (outubro/17 a junho/18)	Encargo das famílias (25% ou 50%)
Ensino Básico										
Rúben Miguel Rodrigues Oliveira, 17 anos, 7.º ano, escalão B	Mafra	Centro de Educação e Formação de Pina Manique da Casa Pia de Lisboa (Lisboa)	Curso Educação e Formação (tipo 2) Mecânico Automóvel	Área de formação inexistente no concelho de Mafra	72,73€	18,18€	50%	36,37€	327,33€	18,18€
Ensino Secundário										
Alexandre Gorjão da Costa, 17 anos, 10.º ano, sem escalão	Ericeira	Escola Profissional de Imagem (Lisboa)	Curso de Animação 2D e 3D	Área de formação inexistente no concelho de Mafra	161,80€	0,00€	50%	80,90€	728,10€	80,90€
Catarina Moriano Henriques Palhinhas Dias, 15 anos, 10.º ano, sem escalão	Mafra	Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra (Odrinhas)	Curso Técnico de Fotografia	Área de formação inexistente no concelho de Mafra	106,80€	0,00€	50%	53,40€	480,60€	53,40€
Dinis Rafael Barata Tavares, 15 anos, 10.º ano, sem escalão	Venda do Pinheiro	Escola Secundária Dr. António Carvalho Figueiredo (Loures)	Curso Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	Inexistência de vaga no concelho de Mafra	60,30€	0,00€	50%	30,15€	271,35€	30,15€
Gonçalo Daniel Rodrigues Fernandes, 16 anos, 10.º ano, sem escalão	Mafra	Escola Secundária de Camarate e Conservatório D'Artes de Loures	Curso Artístico Especializado de Música-Instrumento	Área de formação inexistente no concelho de Mafra	126,15€	0,00€	50%	63,08€	567,72€	63,07€
Inês Isabel Rodrigues Silva, 15 anos, 10.º ano, sem escalão	Mafra	Agrupamento de Escolas Madeira Torres (Torres Vedras)	Curso Científico Humanístico de Ciências e Tecnologias	Inexistência de vaga no concelho de Mafra	98,20€	0,00€	50%	49,10€	441,90€	49,10€
Joana Leal Barbosa, 15 anos, 10.º ano, sem escalão	Ribamar	Curso de Artes- Design Gráfico	Escola Secundária António Arroio (Lisboa)	Área de formação inexistente no concelho de Mafra	176,05€	0,00€	50%	88,03€	792,27€	88,02€

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico
Divisão de Educação e Juventude

Dados do aluno	Residência	Estabelecimento de Ensino que Frequenta	Curso	Observações	Valor mensal do passe	Apoio do IMT (25%)	Proposta de percentagem de comparticipação	Valor a comparticipar pela CMM	Estimativa para 9 meses (outubro/17 a junho/18)	Encargo das famílias (25% ou 50%)
Ensino Secundário (cont.)										
Mara Cristina André Moura e Sá, 15 anos, 10.º ano, escalão B	Lagoa	Curso Artístico Especializado	Escola Secundária António Arroio (Lisboa)	Área de formação inexistente no concelho de Mafra	161,80€	40,45€	75%	121,35€	1.092,15€	0,00€
Marcelo Filipe Carlos Oliveira, 16 anos, 10.º ano, escalão B	Milharado	Curso Técnico de Transportes	Instituto Profissional de Transportes (Loures)	Área de formação inexistente no concelho de Mafra	60,30€	15,05€	50%	30,15€	271,35€	15,10€
Rita Mendes Nunes, 15 anos, 10.º ano, sem escalão	Malveira	Curso Técnico Profissional de Artes do Espetáculo-Representação	Instituto do Desenvolvimento Social (Lisboa)	Área de formação inexistente no concelho de Mafra	126,15€	0,00€	50%	63,08€	567,72€	63,07€
Sara Alexandre Sequeira, 14 anos, 10.º ano, sem escalão	Fonte Boa dos Nabos	Curso Técnico de Fotografia	Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra (Odrinhas)	Área de formação inexistente no concelho de Mafra	60,30€	0,00€	50%	30,15€	271,35€	30,15€

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

Orçamento para o ano de 2017						
Classificação Orgânica	0403	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE				
Classificação Económica	020210	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS Transportes				
Classificação Funcional	2.1.2. 02	Serviços auxiliares de ensino Transportes Escolares				
N.º Rubrica do Plano	2014 A 9					
		Ano Corrente	2018	2019	2020	Seguintes
1	Orçamento Inicial	1.255.000,00	1.550.000,00	1.550.000,00	1.550.000,00	
2	Reforços / Anulações	93.105,00				
3	Congel. / Descong. (não aplicável)					
4 = 1 + 2 - 3	Orçamento Corrigido	1.348.105,00	1.550.000,00	1.550.000,00	1.550.000,00	
5	Encargos Assumidos (a)	1.281.799,44				
6 = 4 - 5	Saldo Disponível	66.305,56				
7	Despesa Emergente, que fica cativa (b)	5.811,84				
8 = 6 - 7	Saldo Residual	60.493,72				

Data: 2017/10/30 Numero de lançamento no diário do orçamento: 9765

Proposta de Cabimento n.º 2017/2766

PRÉ-CABIMENTO DE TRANSPORTES ESCOLARES NÃO ENQUADRÁVEIS NO REGULAMENTO MUNICIPAL - ANO LECTIVO 2017/2018
 (ALUNOS RESIDENTES NO CONCELHO QUE OPTARAM POR FREQUENTAR ESTABELECIMENTOS DE ENSINO FORA DO CONCELHO -
 INFORMAÇÃO 2017/5304 DDS-DEJ)

- Para efeitos do estipulado no n.º 1 do art.º 49.º da Lei 42/2016 de 28 de dezembro informa-se que o valor cabimentado até ao momento no que concerne à aquisição de serviços,(não cofinanciados), cumpre o exigido em tal cláusulado.



23.

035

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico****Divisão de Educação e Juventude****PARECER**

Concedo.

À Consideração do Exm. Sr. Presidente

30./10./2017

O(A) Vereador(a),

Concordo. Proponho que o assunto seja objecto de deliberação pelo órgão executivo.

30./10./2017

O(A) Diretor(a) de Departamento,

...../...../.....
O(A) Chefe de Divisão**DESPACHO**

Arreunias

30./10./17

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/13071**ASSUNTO:** Atribuição de bolsas de estudo no domínio da música - ano letivo de 2017/2018

No âmbito da atribuição de bolsas de estudo no domínio da música, em conformidade com o deliberado na reunião de Câmara Municipal, datada de 23 de junho do corrente ano, decorreu de 26 de junho a 6 de julho de 2017, o período de candidatura.

No decorrer do período de candidatura, foram apresentadas 26 candidaturas à renovação das bolsas de estudo anteriormente atribuídas e 15 candidaturas à atribuição de novas bolsas de estudo.

Analizadas as referidas candidaturas, o júri, composto pelos representantes mencionados no artigo 5.º do *Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo no Domínio da Música do Município de Mafra*, procedeu à aplicação dos critérios de seleção



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Educação e Juventude

para a atribuição de bolsas de estudo, bem como à análise dos requisitos necessários para efeitos de renovação das bolsas de estudo, respetivamente, constantes nos artigos 3.º, 8.º e 9.º do citado Regulamento.

Consequentemente, o júri deliberou a intenção de:

- a) Não atribuir 1 bolsa de estudo ao candidato Gonçalo Jorge Tomás Paulino, ao abrigo do n.º 7, do artigo 1.º do *Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo no Domínio da Música do Município de Mafra*, considerando que não tem qualidade de aluno integrado no sistema de ensino;
- b) Atribuir 14 bolsas de estudos aos candidatos mencionados na listagem anexa à presente informação e às quais correspondem a uma comparticipação entre 25% e 100%, totalizando o valor de 15.386,25€;
- c) Renovar 26 bolsas de estudos atribuídas aos bolseiros mencionados na listagem, em anexo, no valor de 30.552,50€.

No seguimento da notificação dos candidatos relativamente aos projetos de decisão e decorrido o período de audiência prévia, verificou-se por parte de um dos candidatos, a desistência à candidatura apresentada (enquadrada nos candidatos mencionados na alínea b) *supra*).

Face ao exposto, para o ano letivo de 2017/2018, propõe-se que a Câmara Municipal determine a não atribuição da bolsa de estudo requerida pelo candidato Gonçalo Jorge Tomás Paulino, nos termos das disposições conjugadas do n.º 7 do artigo 1.º e do artigo 10.º, ambas do *Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo no Domínio da Música do Município de Mafra*, bem como à luz da nota justificativa do citado regulamento, por o candidato não ter a qualidade de aluno integrado no sistema de ensino.

Mais se propõe, a atribuição de 39 bolsas de estudo, isto é, mais uma do que o definido na deliberação de reunião de Câmara Municipal, datada de 23 de junho do corrente ano, nos termos do n.º 1 do artigo 1.º e do artigo 8.º, ambos do *Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo no Domínio da Música do Município de Mafra*, ou seja,



036

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Educação e Juventude

a atribuição de 13 bolsas de estudo no valor de 14.643,75€ e a renovação de 26 bolsas de estudos, no valor de 30.552,50€, conforme listagens em anexo.

À Consideração Superior

Mafra, 30 de outubro de 2017

A Técnica Superior

(Isabel Ramalhete)



Candidaturas à Atribuição - COMPARTICIPAÇÕES

037

Nome	Grau 2017/2018	Instrumento	Classificação Final	ANUIDADE	Escalão da Bolsa %	VALOR DA BOLSA
Adriana Mendes Pires dos Santos Caramelo	Grau 4	Piano	75%	1 485,00 €	50%	742,50 €
Clara da Conceição Coimbra Medeiros Afonso	Grau 3	Trompa	82%	1 485,00 €	75%	1 113,75 €
Clara Ferreira Machado	Grau 1	Clarinete	90%	1 485,00 €	100%	1 485,00 €
Gabriela Figueiredo Martins Melo Cabral	Grau 1	Flauta Transversal	84%	1 485,00 €	75%	1 113,75 €
Gonçalo David Fonseca Pedroso	Grau 4	Trombone	83%	1 485,00 €	75%	1 113,75 €
Joana Ferreira Machado	Grau 1	Saxofone	87%	1 485,00 €	100%	1 485,00 €
Luana Moitas Beja	Iniciação 3	Flauta Transversal	83%	1 100,00 €	75%	825,00 €
Madalena Esteves Filipe	Grau 1	Flauta Bísel	78%	1 485,00 €	50%	742,50 €
Margarida Veloso Lopes	Grau 1	Flauta Transversal	88%	1 485,00 €	100%	1 485,00 €
Miguel Ângelo das Neves Nunes	Grau 4	Trompete	84%	1 485,00 €	75%	1 113,75 €
Rodrigo Miguel Pereira Simões	Grau 1	Trompa	80%	1 485,00 €	75%	1 113,75 €
Salomé Rodrigues Camocho	Grau 1	Saxofone alto	90%	1 485,00 €	100%	1 485,00 €
Tiago Maria dos Santos Miranda	Iniciação 4	Piano	83%	1 100,00 €	75%	825,00 €
						14 643,75 €



Candidaturas à renovação - COMPARTICIPAÇÕES

03

Nome	Grau 2017/2018	Instrumento	Classificação Final	Escalão da Bolsa %	VALOR DA BOLSA
Alexandre Faria dos Santos	Grau 6	Saxofone	98%	100%	2 090,00 €
André Felício da Ponte	Grau 4	Trompete	100%	100%	1 485,00 €
André Jerónimo Barbosa	Grau 6	Clarinete	100%	100%	2 090,00 €
António Ferreirinho da Cruz	Grau 1	Violino	100%	50%	742,50 €
António Francisco da Silva Abrunheira	Grau 6	Percussão	100%	100%	2 090,00 €
Diogo Alexandre de Brito Rodrigues	Grau 5	Percussão	100%	100%	1 485,00 €
Duarte Antunes de Almeida	Grau 3	Piano	91%	75%	1 113,75 €
Filipa Simões de Matos Martins	Iniciação 3	Violino	100%	50%	550,00 €
Gil Ramos Melo	Grau 3	Saxofone	100%	100%	1 485,00 €
Inês Isabel Aleixo Marques	Grau 4	Piano	98%	25%	371,25 €
Joana Grangeiro Jacinto	Grau 6	Clarinete	100%	75%	1 567,50 €
João Miguel Rocha Queirós	Grau 6	Piano	100%	75%	1 567,50 €
João Pedro Leitão Hormigo Zagallo Félix	Grau 3	Violino	100%	75%	1 113,75 €
Kirin Lyra de Llera Ota	Grau 1	Piano	100%	50%	742,50 €
Laura Filipa Luís Guedes	Grau 2	Flauta Transversal	100%	75%	1 113,75 €
Madalena Ferreira Machado	Grau 3	Flauta Transversal	100%	100%	1 485,00 €
Madalena Rodrigues Martins	Grau 2	Piano	100%	25%	371,25 €
Margarida Silva Costa	Iniciação 4	Violino	100%	50%	550,00 €
Maria Batista Dias Fonseca	Grau 5	Violino	100%	75%	1 113,75 €
Moisés Morais Batalha	Grau 5	Saxofone	100%	75%	1 113,75 €
Pedro Lourenço Dias	Grau 3	Piano	100%	75%	1 113,75 €
Pedro Miguel Barreira Lagariço	Grau 5	Trompete	99%	75%	1 113,75 €
Rita Duarte Ferreira Filipe	Grau 5	Piano	100%	100%	1 485,00 €
Romeu Moreira Barros	Grau 5	Trompete	99%	100%	1 485,00 €
Samuel Pedro Vicente	Grau 3	Percussão	99%	50%	742,50 €
Sofia Isabel Aleixo Marques	Grau 1	Piano	99%	25%	371,25 €
					30 552,50 €